



Relatório INSP-2019-0045

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 29-03-2019 **Hora:** 10:55 **Tipo:** Denúncia (DEN-2018-0114)

Âmbito: Integral **Origem:** Inspeção Extraordinária **Motivo:** Denúncia/Participação

Plano: Extra Plano

Inspetor responsável: António MR Moutinho

Outros inspetores da IRA: João PRFB Silva

Outros técnicos de entidades oficiais:

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no seguimento da denúncia apresentada junto deste serviço, com a referência DEN-2018-0114, de 2018-12-03. É referido na denúncia anónima, “... *tem 2 máquinas de lavar peças de motores, os líquidos contaminados com óleos resultantes desta atividade são descarregados na rede pública. Nas traseiras da empresa existe um terreno com o solo contaminado com óleos e outros tipos de resíduos*”:

No local foi contactado o Sr. Gil Manuel Teves de Sousa, gerente.

No dia 29 de março, foi realizada uma ação inspetiva às instalações na presença do gerente, para verificação dos fatos descritos na denúncia e solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente sobre a produção, a separação e o encaminhamento de resíduos e sobre águas residuais.

No dia 1 de abril, após contacto telefónico pelo operador a informar que o solo contaminado havia sido removido e os contentores de armazenamento de resíduos estavam identificados, foi efetuada nova deslocação ao local.

A inspeção incidiu apenas nos aspetos ambientais constantes dos capítulos do presente relatório a seguir assinalados:

- ☒ 3 – Água de consumo
- ☒ 4 – Águas residuais
- ☒ 5 – Resíduos
- ☐ 6 – Substâncias perigosas
- ☐ 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera
- ☒ 8 – Ruído
- ☒ 9 – Regimes específicos
- ☐ 10 – Prevenção e controlo de roedores invasores e comensais

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Rita Leandro de Sousa, Unipessoal, Lda. **NIPC/NIF:** 513 439 099
Sede/morada: Avenida Infante Dom Henrique, nº 22
Código Postal: 9700-098 **Freguesia:** Nossa Senhora da Conceição
Concelho: Angra do Heroísmo **Ilha:** Terceira
Telefone: 295 215 141 **e-mail:** geral@rsretificadora.pt
Representante: Rita Leandro de Sousa
Cargo: Sócio-gerente

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: RS Retificadora
Endereço: Avenida Infante Dom Henrique, nº 22
Código Postal: 9700-098 **Freguesia:** Nossa Senhora da Conceição
Concelho: Angra do Heroísmo **Ilha:** Terceira
Responsável do estabelecimento: Gil Manuel Teves de Sousa
Cargo: Gerente
Telefone: 295 215 141 **e-mail:** geral@rsretificadora.pt
CAE Principal: 45200-Manutenção e reparação de veículos automóveis **CAE's Secundários** 25 620;
29 320
45 320.
Período de funcionamento: Das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.
Licenciamento da atividade: Alvará de Alteração de Utilização nº 99/2016 de 3 de agosto.
Coordenadas UTM: X: 481 567 m Y: 4 278 522 m (Sistema de Referência – WGS84, zona 26)



Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado.



2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A empresa faz retificação de peças de motores, de discos de travão e de jantes de viaturas, entre outros trabalhos.

A empresa utiliza várias máquinas para proceder às retificações.

Segundo informação prestada pelo gerente, a maioria das retificadoras utilizam fluídos próprios (óleos) para lubrificação e arrefecimento que não são removidos, acrescentando fluído sempre que necessário.

Possui uma máquina de lavagem de peças, que utiliza detergente específico (Desengraxante Emulsionante UL 1 e Desengraxante Emulsionante UL 2), e segundo o proprietário, faz a separação do óleo presente no detergente para um compartimento e o óleo vai sendo removido à medida das necessidades; e uma máquina de testes à qual não é efetuada mudança de fluído (água com cloro).

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (captação sujeita a título de utilização).	n.º 1, art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
g) Outras condições impostas pela licença/autorização	TURH	Não aplicável	

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas			
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Lavagem das peças após desmontagem	Sem tratamento	Solo

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A		Não descarrega no sistema público águas industriais.
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (descargas em águas de superfície ou subterrâneas que requeiram licenciamento).	n.º 1, art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
h) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
j) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Oficina (óleo usado, filtros de óleo e absorventes contaminados)	Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina (limalha de metal, partes de metais, etc.)	Operador de gestão de resíduos	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Oficina e escritório (papel/cartão, plástico)	Operador de gestão de resíduos	

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Embora esteja implementada a separação de resíduos, verificou-se mistura de algumas tipologias num dos contentores.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art.º 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Os contentores de armazenamento de resíduos não estavam identificados.
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art.º 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Submeteu o mapa de registo de resíduos no SRIR após ser notificado no seguimento da ação inspetiva.
m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art.º 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art.º 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Contaminação do solo com óleos minerais usados. O contentor de armazenamento de óleos usados não estava identificado.
q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Fotos:



Foto 1 – Solo contaminado com hidrocarbonetos.



Foto 2 – Solo contaminado com hidrocarbonetos.



Foto 3 – Contentor não identificado com limalha de metais ferrosos.



Foto 4 – Contentor de metais ferrosos não identificado.



Foto 5 – Contentor de óleo usado não identificados.



Foto 6 – Local onde foi removido o solo contaminado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Foto 7 – Solo contaminado para encaminhamento para OGR.

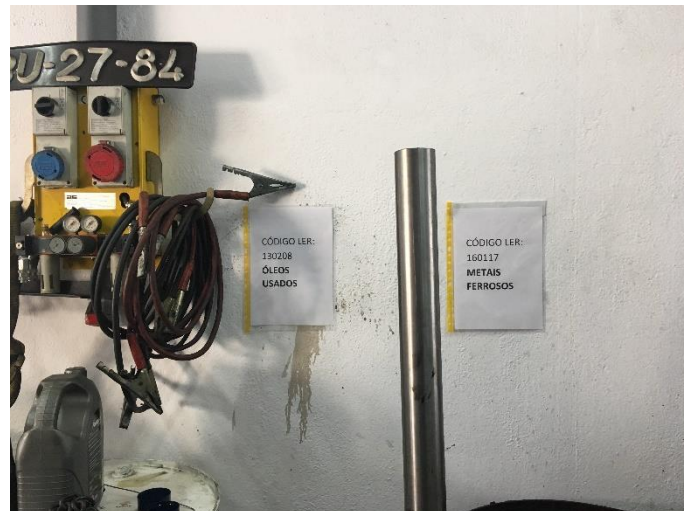


Foto 8 – Identificação do local de armazenamento.



Foto 9 – Contentores Identificados por nome comum e LER.



Foto 10 – Contentores Identificados por nome comum e LER.

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Principais substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Substância / Mistura	Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Contexto de utilização
---	---	---

^{a)} DU – Utilizador a jusante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art.º 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art.º 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art.º 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art.º 36.º REACH	Não aplicável	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art.º 8º DL 293/2009	Não aplicável	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art.º 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art.º 37.º REACH	Não aplicável	
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art.º 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art.º 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art.º 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art.º 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art.º 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental no prazo determinado e contendo a informação aplicável.	Art.º 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art.º 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art.º 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art.º 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases fluorados em quantidades iguais ou superiores a 5 toneladas equivalentes de CO₂ (TECO₂):

Equipamento	TECO ₂	Tipo de equipamento	Tipo de gás

7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	n.º 3, art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Verificação para deteção de fugas realizada por técnicos certificados.	Art.º 9.º DL 56/2011	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art.º 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
d) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art.º 4.º DL 56/2011	Não aplicável	
e) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art.º 15.º e 16.º DL 56/2011		

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art.º 96.º DL 127/2013	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art.º 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art.º 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art.º 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS):

Equipamento	Tipo de equipamento	Tipo de gás	Situação do equipamento

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Uso habitacional, escolar.	Zona sensível	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A		A entidade licenciadora não solicitou.
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A		Não foi realizada avaliação acústica.

9 – Regimes específicos

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental, CELE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
f) Responsabilidade ambiental – constituição de garantia financeira válida (atividade abrangida pelo n.º 1 do anexo III do DL 147/2008)	Art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
g) Prevenção e controlo de roedores invasores e comensais (implementação de um plano de controlo de roedores)	Art.º 6 DLR 31/2010/A	Não aplicável	Atividade não abrangida.

10 – Infrações/irregularidades detetadas

- 1) Incumprimento das normas de gestão de óleos minerais usados (derrame de óleos minerais usados no solo), em violação do disposto no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 62.º do diploma citado.
- 2) Incumprimento das normas de armazenagem de óleos minerais usados (contentor de armazenamento de óleos minerais usados sem identificação por código LER) previstas no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea j) do n.º 2 do artigo 62.º do diploma citado.
- 3) Incumprimento do dever de identificação dos contentores utilizados na armazenagem de resíduos, com nome comum e código LER, em violação do disposto na alínea f) do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado.
- 4) Não preenchimento dentro do prazo dos mapas de registo de resíduos no SRIR, bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado.

11 – Indicações e medidas adotadas

11.1 – Foram adotadas as seguintes medidas:

A empresa foi notificada no fim da inspeção para proceder à regularização das várias infrações detetadas até ao dia 5-04-2019, nomeadamente para:

-Remoção e encaminhamento dos solos contaminados com óleos minerais usados para Operador de Gestão de Resíduos (OGR) licenciado para a sua receção. Foram encaminhados para as instalações da ilha Terceira do OGR



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tecnovia Ambiente, Lda, acompanhados pela e-GAR AZ20190402120680 (solo contaminado removido para bidões a 1/04, e encaminhados para o OGR a 2/04);

-Identificação com o código LER, dos contentores de armazenamento de óleo mineral usado (contentores identificados a 1/04);

-Identificação com o nome comum e o código LER, de todos os contentores de armazenamento de resíduos utilizados na empresa (contentores identificados a 1/04);

-Submissão no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), do mapa de registo de resíduos referente ao ano de 2018 (mapa submetido a 04-04).

Arquivamento do processo, atendendo a que a empresa regularizou as infrações detetadas no prazo estipulado.

Angra do Heroísmo, 12 de abril de 2019

O Inspetor

(António Manuel Rodrigues Moutinho)